

HISTÓRIA, FILOSOFIA E ESPAÇOS: A IDEIA DE OCIDENTE EM OSWALD SPENGLER

History, philosophy and space: the idea of the west in Oswald Spengler

LEANDRO ASSUNÇÃO DA SILVA⁹⁸

Em fins de 1918, chegava também ao término a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha estava numa situação de profundas transformações, o que viria a atingir o conjunto do país, marcando, de forma sensível, por sua vez, o conjunto da história Ocidental (talvez mundial) pelos vinte e sete anos que se seguiram até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Diante da iminente e inevitável derrota militar, com o fracasso da última grande ofensiva na frente Ocidental (Turquia, Bulgária e Áustria-Hungria, os aliados alemães já estavam, àquela altura, derrotados), uma psicologicamente saturada e economicamente esgotada sociedade alemã⁹⁹ ansiava por paz e mudanças, assinalando o descontentamento e descrédito crescente com a monarquia autoritária e conservadora dos Hohenzollern. Finalmente derrubada em 9 de novembro de 1918, com a proclamação da República de Weimar, que se mostrou, terminada sua história, como manifestação mais requintada e acabada das ambiguidades e contradições político-culturais do idealismo alemão. Uma república que, exatamente por suas intenções idealistas (num mundo cada vez mais materialista), já nasceu com indícios de morte prematura. Contagiada pelo angustiante pessimismo do pós-guerra alemão, em meio a boicotes internos e as pressões externas (políticas ou econômicas), o ideal de uma república goethiana não sobreviveu, como observou Peter Gay:

⁹⁸ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Linha de pesquisa: "Pensamento social, sistemas de conhecimento e complexidade", sob orientação da Professora Doutora Maria da Conceição de Almeida, pesquisador ligado ao GRECOM (Grupo de Estudos da Complexidade).

Endereço do C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9092484602596927>

E-mail: le.assuncao2007@hotmail.com

⁹⁹ "O país estava exaurido, esgotado até a morte pela aventura que havia abraçado em agosto de 1914 (...). A Alemanha tinha 1,8 milhões de mortos, e mais de 4 milhões de feridos; o custo em material, talentos desperdiçados, mentes mutiladas, desespero total, era incalculável" (GAY, 1978, p.77).

Weimar foi em parte o sintoma de um grande desejo. Fundar um país na cidade de Goethe não garantia um país à imagem de Goethe. Nem mesmo garantia sua sobrevivência. A República nasceu derrotada, viveu em tumulto e morreu em desastre, e desde o início havia muitos que viam sua labuta com suprema indiferença ou com aquela alegria malsã pelo sofrimento dos outros (...). Como Toni Stolper, um sobrevivente e observador perspicaz de Weimar notou, a República estava marcada por criatividade dentro do sofrimento, trabalhos pesados dentro de repetidos desapontamentos, esperança em face de adversários impiedosos e poderosos.¹⁰⁰

Dentre os inúmeros adversários com os quais Weimar teve de se defrontar, os mais belicosos e perigosos foram, externamente, Georges Clemenceau, premier francês da Paz de Versalhes responsável pelas maiores pressões à República no sentido de que saldasse suas altíssimas “dívidas de guerra”, chegando mais tarde até mesmo a ocupar parte do território alemão. Domestivamente, a ameaça era dupla: por um lado a extrema esquerda, os comunistas, partidários de transformações mais profundas do que aquelas prometidas por Weimar, uma república aos moldes da recém-criada União Soviética; por outro lado a extrema direita, que ancorava seu programa numa crítica radical da República, pregando abertamente sua extinção em proveito de soluções centralizadoras, autoritárias.

Esse grupo se materializava politicamente no partido nacionalista alemão¹⁰¹, mas recebia seu combustível, sua ideologia e seu discurso de um grande número de artistas e intelectuais reacionários, em sua maioria provenientes da aristocracia ou da pequena burguesia, saudosos do *status quo* sociopolítico de si próprios, como também da Alemanha no cenário europeu no período anterior à derrota. Tais grupos viram a guerra como o ponto culminante do idealismo alemão¹⁰², daí defenderem uma renovação radical (mesmo às custas de outras guerras) que pudesse regenerar a “alma alemã” e restaurar sua condição de potência hegemônica na Europa, numa tentativa de canalizar a frustração pela derrota, transformando a guerra em poder criador de arte e vida, como apontou Jeffrey Herf:

¹⁰⁰ GAY, 1978 p. 15-16.

¹⁰¹ “Bastião do antirrepublicanismo, apesar de integrado ao funcionamento institucional da República de Weimar, o partido nacional alemão era o disfarce legal atrás do qual podiam abrigar-se todas as forças antidemocráticas” (RICHARD, 1988, p. 122).

¹⁰² Como indica Rubens Mendes de Oliveira, ao discutir o idealismo alemão: “comumente se interpreta este último como uma reação de espírito nacional prussiano, que àquela altura só podia realizar-se a nível especulativo, voltado contra os estados dominantes à época, Inglaterra e França” (OLIVEIRA, 2006, p. 19).

A direita de Weimar via a Primeira Guerra Mundial como o ponto culminante do idealismo alemão (...) “Uma teoria nova da guerra” na direita do pós-guerra, cujo verdadeiro propósito era compensatório, isto é, transformar a real e humilhante derrota na guerra em vitória da forma e da beleza. A bela forma do soldado emergindo depurado e intacto do inferno das trincheiras transformava a destruição maciça em experiência salvadora.¹⁰³

Foi nesse contexto de efervescência, mudanças e incertezas que, em fins de 1918, o filósofo alemão Oswald Spengler publicou o primeiro tomo de sua maior obra: *A decadência do Ocidente*. Oswald Arnold Gottfried Spengler nasceu em 1880 em Blankenburg, numa Alemanha recém-unificada e em acelerado processo de modernização. Filho da pequena burguesia, tinha na mãe uma antiga referência de origem aristocrática. De saúde frágil e personalidade reservada, desde cedo se voltou à leitura, o que se intensificou com a transferência de sua família para Halle (1890), quando ingressou na escola superior da cidade, recebendo uma formação clássica que incluía o grego, o latim, a matemática e as ciências naturais, demonstrando também uma forte inclinação para as artes (poesia, drama e música). Após a morte do pai em 1901, Spengler foi residente em diversas universidades (Munique, Berlim e Halle), estudando diversas disciplinas, tais como história, filosofia, matemática, ciências naturais, literatura, os clássicos, a música e as artes finas¹⁰⁴.

Mesmo com toda essa formação, sua tese de doutorado sobre Heráclito não foi aceita (1903), o que acabou por fechar a Spengler a possibilidade de uma carreira acadêmica precoce. Em 1904, finalmente, recebeu o Ph.D, logo depois, em 1905, teve uma crise nervosa. Após breves passagens como professor por ginásios em Saarbrücken e Dusseldorf, fixou-se, entre 1908 e 1911, como professor em Hamburgo, onde ensinava ciência, história da Alemanha e matemática. Nesse ano, a morte de sua mãe o pôs de posse de uma herança, permitindo-lhe abandonar as salas de aula e retirar-se para Munique, onde começou o trabalho que viria a ser sua grande obra.

Influenciado pelas sucessivas crises político-diplomáticas internacionais e guiando-se pelo modelo da “História da decadência do mundo Antigo” de Otto Seeck, Spengler entendeu a Grande Guerra que se aproximava como o momento no qual uma grande crise de escala mundial definiria, por sua vez, o destino, os rumos da civilização Ocidental e, conseqüentemente, de todas as outras que lhe eram dependentes ou subordinadas. Daí a ideia de que a compreensão do mundo como história jamais poderia dar-se numa escala

¹⁰³ HERF, 1993. p. 46.

¹⁰⁴ Como observou Rubens Mendes de Oliveira: “Para ele, [Spengler] diria-se mais tarde, não havia segredos em qualquer área da ciência sua contemporânea, desde a matemática às biológicas” (OLIVEIRA, 2006, p.21).

local, devendo, pois, ser buscada na totalidade. Porém, de acordo com as implicações ideológicas do seu pensamento, expressas desde o prefácio, fica claro seu extremo nacionalismo em afirmativas como quando, ao referir-se à sua obra, diz: “resta-me acrescentar o desejo de que este livro não seja totalmente indigno das proezas militares da Alemanha”¹⁰⁵. Nesse sentido, a busca pela renovação, pela regeneração do Ocidente, para o autor, em evidente declínio, passava pela afirmação da liderança autoritária da Alemanha.

A continuação da luta após a derrota de 1918 era necessária, e para Spengler, tal como para muitos outros, a República de Weimar estava totalmente aquém dessa missão histórica, daí sua crítica generalizada a todos os pressupostos sob os quais repousava tal sistema de poder. Em 1922, saiu o tomo II de *A decadência do Ocidente*, seguido em 1924 por uma edição conjunta dos dois tomos (*Forma e realidade e Perspectivas da História Universal*), que atingiu grande sucesso e repercussão tanto entre o público leitor mais amplo, quanto nos rigorosamente metódicos meios intelectuais e artísticos. Daí ter encontrado sua publicação tantos aliados, tantos leitores acadêmicos ou não, críticos ou não¹⁰⁶. Como afirma Ballivian Calderon (um dos primeiros intérpretes da obra de Spengler na América do Sul),

Não conheço outro caso de uma obra de um filósofo que houvesse logrado tão rápida e extensa difusão, levando sua desconcertante mensagem não apenas aos recintos acadêmicos ou aos gabinetes de trabalho de pensadores e eruditos, mas ainda aos frívolos salões das damas de sociedade e mesmo a clubes e comitês partidários.¹⁰⁷

Esses leitores se identificavam com o pessimismo, a crítica da democracia, do liberalismo e do capitalismo, e com a possibilidade de afirmação e regeneração através da experiência radical da força, da guerra. Nessa perspectiva, a grave crise pela qual passava a Alemanha no pós-guerra constituía um momento especial para aflorar a obra de Spengler¹⁰⁸.

¹⁰⁵ SPENGLER, 1973, p. 16.

¹⁰⁶ Refiro-me, respectivamente, aos intelectuais da chamada “Revolução Conservadora de Weimar”, a críticos como Karl Popper, Max Weber e Thomas Mann, a simpatizantes como Ortega y Gasset e Ludwig Wittgenstein, e, finalmente, ao número de vendas de *A decadência do Ocidente* em 1924: 140 mil exemplares, segundo Helmut Werner, organizador da edição condensada da obra, datada de 1959.

¹⁰⁷ CALDERON apud OLIVEIRA, 2006, p. 24.

¹⁰⁸ Segundo Heinhart Koselleck, momentos de crise seriam momentos privilegiados para o surgimento de filosofias da história, como indica o autor ao analisar a situação alemã em fins do século XVIII: “A crise invoca a pergunta ao futuro histórico. Na Alemanha, a consciência da crise e de uma tensão política de consequências inevitáveis resulta em uma série de prognósticos que, em si mesmos sintomas da crise, antecipam o fim próximo da ordem

Em 1919, rejeitou um convite para lecionar filosofia na Universidade de Goettingen. Sentindo a efervescência político-intelectual do momento, decidiu-se por focalizar o tempo e a energia na escrita (acima de tudo), numa escrita politicamente engajada, comprometida com a superação da dura realidade do pós-guerra. No futuro, ao referir-se a esses anos, na introdução da sua última obra de envergadura, *Anos de decisão* (1933), Spengler assim se posicionou:

Odiei, desde o primeiro dia, a sórdida revolução de 1918, por considerá-la uma traição praticada pela parte vil do nosso povo contra o elemento forte e enérgico, que, em 1914, se levantara decidido e capaz de conquistar o futuro. A partir de então, tudo quanto escrevi sobre política, visava às forças que com o auxílio dos nossos inimigos, entrincheiradas nas nossas misérias e nas nossas desgraças, tentaram obstar aquela conquista. Nenhuma linha foi escrita que se não destinasse a contribuir para a destruição desses elementos, e creio firmemente ter alcançado meu objetivo.¹⁰⁹

Assim, em 1920, saiu o primeiro estudo manifestamente panfletário do autor, *Prussianos e socialismo*, no qual Spengler argumenta que existem dois socialismos: o inglês marxista e o alemão autoritário. O socialismo marxista estava sendo aplicado na Rússia, enquanto que o liberalismo burguês, anglo-francês, vinha sendo aplicado na própria Alemanha, com a experiência democrática da República de Weimar. Para Spengler, a regeneração, a solução alemã, seria uma terceira via entre a “Zivilization” capitalista e a “barbárie comunista”, como mostra Herf: “convinha à Alemanha, na qualidade de nação “situada no meio”, perseguir uma “terceira via” entre o Oeste capitalista e o Leste comunista. O socialismo, argumentava Spengler, deve se compatibilizar com as tradições antiliberais, autoritárias, do nacionalismo alemão”¹¹⁰.

Com tal discurso, não é à toa que Spengler acabou sendo muito bem visto pelos ideólogos do partido nazista, principalmente quando, em 1931, acompanhando o pessimismo generalizado no Ocidente quanto ao futuro, devido à grande depressão econômica mundial depois da queda de bolsa de valores de Nova Iorque (1929), Spengler veio a publicar *O Homem e a Técnica*. Nesse livro, o autor adverte sobre os perigos para o futuro do Ocidente, que resultariam do processo de incorporação das técnicas ocidentais pelos outros povos não-europeus, as “raças coloridas hostis”, que finalmente viriam a usá-

política vigente. (...) A dissimulação e o agravamento são um único e mesmo processo, cuja unidade se encerra na filosofia da história da elite presunçosa. A filosofia da história é o avesso do prognóstico revolucionário.” (KOSELLECK, 1999, p. 111).

¹⁰⁹ SPENGLER, 1941.

¹¹⁰ HERF, 1993, p. 51.

las contra o próprio Ocidente, fornecendo, dessa forma, mais combustível para alimentar o racismo dos nazistas e o xenofobismo¹¹¹ em geral dos alemães. Em 1932, votou em Hitler contra Hindenburg, ocasião na qual pendurou na porta de sua casa uma bandeira da suástica. A aproximação com os nazistas findou após o encontro de Spengler com Hitler, em 1933.

Spengler considerou Hitler um homem vulgar, muito aquém da missão histórica de liderar a Alemanha e fazê-la liderar o Ocidente na luta contra outros povos. Além disso, Spengler não aceitava o antissemitismo e o racismo biológico dos nazistas, pois considerava que a superioridade alemã era uma questão de tradição, de cultura, de história¹¹². A partir de então, rejeitou todas as ofertas de Joseph Goebbels para fazer discursos públicos, também discutiu publicamente com Alfred Rosenberg, ocasião na qual expressou suas críticas ao Führer, o que lhe valeu o silêncio público. Mesmo assim, no fim de 1933, ingressou na Academia Germânica.

Ainda em 1933, Spengler publicou *Anos de decisão*, um *bestseller*, que foi rapidamente proibido pela censura nazista devido a suas críticas ao partido; logo depois, toda obra¹¹³ de Spengler estava proibida na Alemanha, configurando-se seu ostracismo político-intelectual. Pouco antes de morrer, numa carta a um amigo, Spengler fez sua última observação pessimista e profética, dessa vez sobre o sombrio futuro dos seus antigos

¹¹¹ Na década de 1920, a crise econômica alemã, herança da guerra, acabou difundindo entre a população uma aversão aos estrangeiros, acusados de despojarem a empobrecida e derrotada Alemanha, como analisou Lionel Richard: “disso resultara um avanço da xenofobia na população alemã. Os estrangeiros, acusados de despojar a Alemanha eram malvistas. O ostracismo havia se infiltrado até mesmo nas práticas comerciais. (...) era o que ocorria por exemplo na Baviera, onde as tendências xenófobas eram mais fortes e onde os preços eram sistematicamente aumentados em até 50% para os estrangeiros, a fim de compensar a depreciação do marco” (RICHARD, 1988, p. 102). A título de reflexão, é importante comentar que Spengler viveu de 1912 até sua morte em Munique, capital da Baviera.

¹¹² “os eminentes defensores do novo nacionalismo no pós-guerra – **Spengler**, Moeller van der Bruck, Schmitt, além de Ernst e Friedrich Junger – **não colocavam o antissemitismo no centro** de sua *Weltanschauung*. Antes propriamente, **acreditavam que a superioridade alemã se situava nas tradições históricas e nas ideias, e não na biologia** (HERF, 1993, p. 49, grifo nosso).

¹¹³ Embora só tenhamos aqui citado os quatro principais e mais conhecidos livros de Spengler (e vamos nos deter na análise de apenas três deles), Oliveira chama atenção para o restante da obra spengleriana, de caráter declaradamente político: “Após *A decadência do Ocidente*, publicou Spengler uma série de escritos políticos; em *Preussentum und Sozialismus (Prussianismo e Socialismo)*, 1920 (...) Seguiram-se *Pessimismus*, 1921; *Politische Pflichten der deutschen jugend*, 1924; e *Neubau des deutschen Reiches*, 1924:(OLIVEIRA, 2006, p. 21).

“aliados” nazistas¹¹⁴: “o Reich alemão em dez anos provavelmente já não existirá”. Morreu em Munique, de ataque cardíaco em 8 de maio de 1936, exatamente nove anos antes da queda do Terceiro Reich

Após o fim da Segunda Grande Guerra, a obra de Spengler foi posta novamente em circulação e as proporções absolutamente apocalípticas desse conflito (destruição material sem precedentes, 45 milhões de mortos, incluindo o Holocausto e a bomba atômica), forneciam os ingredientes para se pensar se os teóricos da decadência não estavam, por fim, certos. Em 1959, Helmut Werner¹¹⁵, estudioso da obra spengleriana, auxiliado pela doutora em filologia clássica Hildergard Kornhardt, sobrinha de Spengler, publicou uma edição condensada de *A decadência do Ocidente*. No prefácio, chama atenção para o fato de que, mesmo tendo ficado fora de circulação durante os doze anos da ditadura nazista, na data da publicação da edição condensada, o tomo I, *Forma e realidade*, houvera alcançado o expressivo número de 140 mil volumes vendidos, enquanto que o tomo II, *Perspectivas da História Universal*, chegava às 118 mil cópias. À revelia de continuar sendo lido por um público mais amplo, nos círculos acadêmicos, a rejeição foi mais sentida, rareando nitidamente as referências a Spengler, visto por muitos como um erudito pretensioso e arrogante, pseudo-profeta do nazismo, apólogo da autodestruição das conquistas da civilização¹¹⁶, relegando por tal contexto, em absoluto descrédito, muitas das pertinentes formulações do pensamento spengleriano sobre não só a ciência, a filosofia e a história, como também sobre o próprio futuro da civilização capitalista Ocidental.

Nesse sentido, este estudo pretende analisar a visão de Spengler do mundo como história, tal como ele a apresentou em três de suas maiores obras: *A decadência do Ocidente* (1924), *O Homem e a Técnica* (1931), e *Anos de decisão* (1933). Buscaremos entender aqui até que ponto esse pensamento é o resultado do impacto da chegada da modernidade urbana e industrial na Europa, bem como com a experiência traumática da I Guerra Mundial, especialmente na Alemanha, onde o autor viveu e escreveu, como também analisando de que forma Spengler posicionou-se diante das profundas transformações que abalaram seu tempo. Buscando atingir essa compreensão a partir da análise do contexto histórico (tanto político como intelectual) no qual esteve inserido, para entender até que

¹¹⁴ Embora tenha sido simpático ao nacional-socialismo, é importante lembrar que Spengler nunca se filiou ao partido nazista (Ver HERF, 1993, p. 60).

¹¹⁵ Matemático, Ph.D pela Universidade de Gottingen, em 1956.

¹¹⁶ Ao analisar a relação de Spengler com o nazismo e a conseqüente visão a seu respeito formada por tal associação, declarou Oliveira numa referência a Abbagnano: “O que lhe valeu o labéu de pensador nazista, racista, defensor de doutrinas autoritárias, cujos elementos repercutiriam em uma ideologia anti-humanista, que terminam por [segundo Abbagnano] autorizar a violência e justificar a destruição” (OLIVEIRA, 2006, p. 22).

ponto seu pensamento significou rupturas e continuidades na concepção de ciência e história vigente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX.

É possível entender a obra de Spengler como uma crítica à civilização capitalista definida e ancorada nos pressupostos das Luzes, e ao processo de sufocamento do campo pela cidade, da “Província” pela “Metrópole”, configurando-se o “Problema da Civilização” (tal como foi denominado por Spengler), que representa, sob a perspectiva dessa oposição espacial simbólica e dicotômica, o próprio fenômeno da decadência do Ocidente; espaço abstrato, alicerçado historicamente por um vasto conjunto de práticas e discursos identitários de superioridade, que abriram caminho para o controle, conquista e exploração dos espaços não-ocidentais, genericamente: o Oriente, questão forte para se pensar a atualidade, que vive a culminância de um processo de globalização (que sob muitos aspectos pode ser entendido, lido como ocidentalização do mundo).

Desse modo, este estudo apresenta-se como forma de reflexão sobre a mentalidade Ocidental contemporânea, tendo em vista que muitas das preocupações de Spengler ainda se fazem presentes na nossa sociedade moderna de forma ainda mais intensa (o inchaço demográfico das grandes cidades e o “caos” urbano, a vulgarização da cultura através dos meios de comunicação de massa, a emergência dos antigos colonizados contra o Ocidente: o Islã e o terrorismo suicida e a China como megapotência econômica e militar, por exemplo), levando-nos a refletir subjetivamente num “prolongado declínio do Ocidente”.

Academicamente, a singularidade deste estudo repousa no fato de que se propõe a analisar a visão de história do autor em seus méritos fundamentais, como a crítica spengleriana ao conceito de História Universal iluminista, no lugar da qual Spengler coloca um outro quadro de história, no qual apresenta a multiplicidade dos espaços de história, bem como atenta para a necessária relativização da epistemologia da ciência e, conseqüentemente, da história. Ao mesmo tempo, subordinamos quaisquer considerações de ordem ideológica e política expressas na narrativa spengleriana ao devido contexto que lhes possibilitou emergir, historicizando-as dessa forma.

Assim, se apresenta como objetivo deste ensaio discutir a visão de história de Spengler, entendendo que ela se manifesta nas oposições dicotômicas das categorias espaciais em *O Homem e a Técnica, Anos de decisão* e, principalmente, *A decadência do Ocidente*, entendendo-as como resultado da experiência social spengleriana com o “mundo moderno”, bem como da tradição¹¹⁷ intelectual “marginal”¹¹⁸ no qual o autor se insere, para

¹¹⁷ No sentido de releitura, ressignificação de um conjunto de símbolos que conferem sentido a um dado pensamento de uma época predecessora, como conceitua Ricoeur: “Antes de ser um depósito inerte, a tradição é uma operação que só se compreende dialeticamente no intercâmbio entre o passado interpretado e o presente interpretante” (RICOEUR, 1997, p. 379).

entender de que forma essas experiências influenciaram a formação da sua visão de história e espaços. Tal compreensão, neste estudo, se desenvolve a partir de três pressupostos: o “Sistema Ptolomaico de História”, o “Grupo das Grandes Culturas” e a oposição espacial “Metrópole” e “Província” como “Problema da Civilização”.

Na virada do século XIX, a ciência da história passava por uma grande crise de *status* e confiabilidade. Os questionamentos advindos das nascentes ciências sociais, da “hegemonicamente imperialista” filosofia e até mesmo críticas advindas da arte abalavam a posição de cientificidade da história no contexto da crise do paradigma então em voga. Propomos-nos a entender até que ponto a obra de Spengler significou uma alternativa (entre tantas que se colocavam naquele momento; entre elas, o próprio empreendimento dos *Annales*) no que diz respeito à ciência da história, seus *status*, sua credibilidade e suas condições de possibilidade.

Nossa segunda hipótese é a de que o “Sistema Ptolomaico de História”, a ideia de que o espaço da Europa Ocidental constituía o fim e a meta da marcha da história, seu apogeu indiscutível, pôde ser desconstruído por Spengler em prol do “Grupo das Grandes Culturas”. Nesse outro sistema, o autor apresenta a ideia de que a história parte de outros “centros iluminados” tão florescentes quanto o Ocidente. Assim, a ideia de que o conjunto da “História Universal” (no sentido totalizante que lhe foi dado pela filosofia do Iluminismo, do qual Spengler é também, nesse aspecto, um herdeiro) não poderia ser contada tal como era até então, mas deveria partir, simultaneamente, do México, da Índia, da China, das escavações arqueológicas e das fontes documentais (além de amplas generalizações, trata-se de um pensamento que reivindica sua condição de metafísico) que permitem reconstruir o passado dos antigos egípcios, babilônios e greco-romanos, para, só então, ter-se uma “História Universal”. Buscamos aqui, compreender como essa tese pôde ser formulada, à luz das profundas transformações econômicas, sociais e culturais pelas quais passavam a Alemanha e a Europa da virada do século XIX ao XX, entendendo como o impacto da modernidade foi decisivo na formulação de uma ideia epistemologicamente moderna.

Nossa última hipótese é que o “Problema da Civilização”, entendido na perspectiva das oposições “Metrópole x Província”, “Zivilisation x Kultur”, constitui-se não só a essência da visão de história do autor, como também o pressuposto básico da sua ideologia sobre a Alemanha, país que estava passando por um dos mais drásticos e acelerados processos de urbanização do mundo, coadunando-se perfeitamente ao cenário de críticas ao utilitarismo, superficialismo e racionalismo “inerentes” à vivência metropolitana, que acabou por definir um “novo tipo humano”: o metropolitano. Essa nova criatura não sofreria o peso da tradição

¹¹⁸ Marginal no sentido foucaultiano, de “estar às margens” de um dado sistema de poder e de verdade, como procuraremos explicitar no decorrer dos capítulos deste trabalho.

e da religião. Seria desumanizado, frio e desenraizado. Esse “novo homem arrogante” não conheceria limites de ação. Comprometendo seu futuro, ele inicia o processo de destruição da cultura. Sendo necessário, portanto, uma regeneração, o renascimento da alma ferida de morte. Os intelectuais e o Estado conduziram à comunidade do sangue e do solo: a *kulturnation* alemã.

Do ponto de vista teórico, entendemos que a importância e a singularidade de uma abordagem do pensamento de Spengler, a partir das categorias de história e espaços, permitem formulações no plano do político e do simbólico, se materializando nas lutas entre enunciados que duelam por espaços de poder, diferenciação e status. Considerando a dimensão espacial no discurso historiográfico, não só na sua dimensão “clássica”, de cenário, palco da história, ou como espaço natural, como natureza, mas como objeto sujeito à intervenção histórica, a ação do homem e de sua cultura artificializante. Entendendo o espaço como lugar praticado, tal como definido por Certeau, a espacialização apresenta-se como um lugar de lutas, apropriações, reconstruções, na qual o espaço relaciona-se a atribuição de sentidos à ordem estabelecida, uma ordem que, longe de ser uma, naturalizada, é “furada”, de sentido fugidio: “Tem-se assim a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída. Em sua superfície, esta ordem se apresenta por toda parte furada e cavada por elipses, variações e fugas de sentido: é uma ordem coador”¹¹⁹

Na medida em que os discursos, as práticas e as representações da cultura humana, a partir dos seus desvios e “desordens”, destroem e negam alguns espaços, ao passo que constroem e legitimam outros espaços, configura-se uma luta pelo espaço que não se restringe apenas à dimensão político-territorial, mas que se manifesta até mesmo na nomeação dos espaços, no desejo de pertencer a determinado espaço e exaltá-lo em detrimento de outros, no processo de construção das identidades culturais-espaciais, no processo simbólico que atribui sentidos diferentes, às vezes conflitantes, entre os mais variados espaços. Tal como conclui Chartier:

Antes mesmo de esperar mudar o espaço concreto, todo projeto unificado de transformação socioeconômica começa por construir o seu próprio, para reconhecer as desigualdades do terreno que é necessário modificar e, simultaneamente, para demonstrar a legitimidade de sua intenção. O jogo com as divisões geográficas inscreve-se, conseqüentemente, em uma retórica da persuasão que fundamenta suas evidências no sentido atribuído à distribuição espacial das variações.¹²⁰

¹¹⁹ CERTEAU, 1994, p.188.

¹²⁰ CHARTIER, 2002, p. 206.

Nesse sentido, entendemos que seria exatamente esse o esforço por nós realizado nos capítulos que se seguem: vamos intentar uma abordagem da história da ciência histórica numa perspectiva das problemáticas espaciais: a luta por poder, status, credibilidade, lugares institucionais, demarcações de fronteiras entre os saberes, a luta pela apropriação simbólica dos espaços outros pelo espaço ocidental, o espaço da história entre os demais saberes humanos, sociais; a significância e ressignificação dos conceitos espaciais no discurso da história, bem como a própria forma de abordagem do espaço nesse discurso. Essas são algumas das questões que neste texto nos propomos a discutir, tomando como referência, para tanto, o pensamento de Spengler, historicizado e tomando por base a experiência única e trágica que foi a guerra de 1914-1918.

Metodologicamente, por entendermos a história de um ponto de vista pós-estruturalista¹²¹, nos arrogamos ao direito de apropriação do pensamento de historiadores, sociólogos e filósofos das mais diversas tradições, num esforço de incorporação, por ansiar a inovação numa área epistemologicamente nova como esta para a qual escrevemos (história e espaços). Ousamos misturar os espaços dos quais falam tradições de pensamento às vezes até conflitantes. Uma vez historicizadas, essas ideias podem fornecer uma contribuição valiosa na construção da narrativa da história. Talvez tal narrativa, uma vez concluída, assemelhe-se àquela imagem do *patchwork*¹²², evocada por Gilles Deleuze e Felix Guattari, o que não significa, no entanto, que careça de lógica interna e coerência teórica; apenas entende de forma diferente tais questões.

Assim, a própria divisão em capítulos também obedece a essa “diversidade metodológica”. No primeiro, analisamos o pensamento do autor a respeito da ciência, da história e da sociedade apenas a partir de sua maior obra: *A decadência do Ocidente*. Buscamos com essa opção aplicar uma análise num tempo mais longo, de um ponto de vista mais hermenêutico, pondo o texto de Spengler para dialogar com outros textos, tanto contemporâneos quanto predecessores. Como apontou Bakhtin:

Habitualmente procuramos explicar um escritor e suas obras precisamente a partir de sua atualidade e do passado imediato (habitualmente no âmbito de uma época como a entendemos). Tememos nos afastar no tempo para longe do fenômeno em estudo. Entretanto, uma obra remonta com suas raízes a um passado

¹²¹ Tal como definido por François Dosse: “Este pode ser qualificado como um paradigma interpretativo na medida em que visa colocar em evidência o lugar da interpretação na estruturação da ação: intenções, vontades, desejos, motivos, sentimentos” (DOSSE, 2003, p. 178).

¹²² No sentido de “corte, recorte e colagem”, sobreposição e bricolagem, da arte de “tecer” a narrativa da história (Ver DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 182-183).

distante. (...) quando tentamos interpretar e explicar uma obra apenas a partir das condições de sua época, apenas das condições da época mais próxima, nunca penetramos nas profundezas dos seus sentidos. (...) As obras dissolvem as fronteiras de sua época, vivem nos séculos, isto é, no *grande tempo*.¹²³

No segundo capítulo incorporamos outras duas obras do autor: *O Homem e a Técnica* e *Anos de decisão*. O tempo, ao contrário, foi reduzido. Se no primeiro capítulo a ideia é de apreender a compreensão mais geral da gênese de uma obra e seu impacto sobre a ciência e a história, no segundo buscamos atentar para a leitura spengleriana dos espaços não-ocidentais numa perspectiva de lutas pelo poder no globo e o lugar da história como “ciência e arte da vida”, num sentido de utilidade social do saber histórico. Para tanto, o pensamento do autor foi situado historicamente a ponto de podermos entender a simbiose da influência do contexto sobre o texto (discurso), como a influência que o texto (indivíduo) pretende exercer sobre o contexto, mais uma vez, seguindo Bakhtin:

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientamos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). Por trás desse contato está o contato entre indivíduos e não entre coisas.¹²⁴

No terceiro e último capítulo buscamos relacionar o pensamento do autor com a realidade sociopolítica do imediato pós-I Guerra, momento da publicação de sua obra, atentando para o seu impacto social e realizando sua crítica de um ponto de vista político, mas entendendo a relação dialógica que efetivamente Spengler desenvolvia com a realidade que o cercava. Por um lado, analisamos o contexto sociopolítico; por outro, o texto de Spengler, buscando dessa forma captar a dinâmica da relação que compõe um e outro, e os dois ao mesmo tempo, como propõe Bruno Latour:

Quando descrevo a domesticação dos micróbios por Pasteur, mobilizo a sociedade do século XIX, e não apenas a semiótica dos textos de um grande homem; (...) é verdade, entretanto, que se trata de retórica, estratégia textual, escrita, contextualização e semiótica, mas de uma nova forma que se conecta ao mesmo tempo à natureza

¹²³ BAKHTIN, 2003, p. 362.

¹²⁴ BAKHTIN, 2003, p. 401.

das coisas e ao contexto social, sem contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra.¹²⁵

Ainda do ponto de vista metodológico, podemos fazer duas afirmativas: o método utilizado é comparativo/analítico, porque não apenas comparamos os discursos, como também procedemos sua análise, tentando desvendar sua ordem; trata-se de um ensaio que não pode fugir à denominação de bibliográfico e, nesse sentido, a bibliografia aqui utilizada pode ser definida de uma forma um tanto em desuso; contudo, extremamente salutar para a ocasião aqui apresentada. Consideramos “fontes primárias” os três textos de Spengler aqui já citados; como “fontes secundárias” reunimos alguns autores de época, ou seja: contemporâneos ou predecessores de Spengler. Esses autores podem ser vistos tanto como depoentes da época como quanto comparativamente a Spengler, seja para legitimá-lo ou para questioná-lo. Por fim, as “fontes terciárias”, os autores da nossa contemporaneidade, uma contemporaneidade esticada, diga-se de passagem, por nós entendida como aqueles que, no pós-Segunda Guerra, discutiram Spengler e sua época, e também como fontes de enriquecimento teórico e metodológico para que este trabalho seja possível.

Cabe aqui, como apresentação, realizar um breve comentário a respeito da discussão enfocada nos capítulos que se seguem. No primeiro capítulo, intitulado *História e ciência: espaços (d)e poderes, do “Sistema Ptolomaico de História” ao “Problema da História Universal”*, buscamos elucidar questões teóricas. Inserindo Spengler na problemática do questionamento de paradigmas na ciência e na história, atentamos para seu projeto hegemônico no campo das ciências humanas, colocando-o em diálogo com historiadores, sociólogos e filósofos de sua época e predecessores, buscando entender a formação do seu pensamento à luz do choque de tradições de pensamento, num complexo processo de apropriação e ressignificação de heranças intelectuais. Entendendo também até que ponto as lutas entre os homens de ciência acabam por influenciar de forma decisiva a própria concepção de ciência e de história que uma dada época legitima como verdadeira.

No segundo capítulo, batizado como *Espaços, homens e técnicas: dos “outros, Orientes” ao “Grupo das Grandes Culturas”*, prosseguimos com as preocupações epistemológicas, particularizadas agora na história. Analisamos o que Spengler propunha como “revolução copernicana no campo da história”, porém deslocando a análise para uma relação mais direta com a realidade política, buscando entender de que modo pôde Spengler pensar de forma reacionária politicamente, no entanto inovadora epistemologicamente. Atentando também para o conteúdo manifestamente panfletário que efetivamente pretende a intervenção política spengleriana na concepção das relações entre

¹²⁵ LATOUR, 1994, p.10-11.

o Ocidente e as outras culturas, conferindo-lhes materialidade espacial pelo simples fato de situá-las, observá-las, trazê-las ao cenário central da “História Universal”.

No terceiro e último capítulo, chamado *Metrópole x Província: o Problema da Civilização como decadência do Ocidente*, discutimos, finalmente, a relação da obra spengleriana como a realidade imediata que o cercava nos anos vinte e trinta do século XX, momento no qual suas formulações assumem um sentido profundo em relação às problemáticas existenciais colocadas pelo pensamento alemão no contexto do trauma da derrota na Primeira Guerra Mundial: a batalha da “kultur” contra a “zivilisation”, da “Província” contra a “Metrópole”. Oposições estas que, simbolicamente, representam algo que diz respeito ao próprio futuro e continuidade do Ocidente: o “Problema da Civilização”. Situando, respectivamente, as primeiras como o espaço alternativo, lugar de renovação, regeneração, lugar de saudade, de memória, enquanto que as segundas são o espaço hegemônico a ser batido, lugar de decadência, degenerescência, lugar de morte da cultura. Atentando sempre para a posição da qual parte o discurso de Spengler, o lugar social¹²⁶ do qual fala esse autor.

Do ponto de vista externo, é a Alemanha, derrotada nos campos de batalha e humilhada nos salões diplomáticos; do ponto de vista interno, ele fala por uma decadente aristocracia, desalojada do poder em 1918 com a Revolução Burguesa de Weimar e em acelerado processo de declínio econômico, como consequência do sufocamento do campo pela cidade, configurando o triunfo da civilização sobre a cultura. Esse processo, de acordo com sua visão cíclica da história, poderia e deveria ser revertido através da intervenção de intelectuais politicamente engajados os quais, por meio do controle sobre o Estado¹²⁷, empreenderiam o processo purificador de separação do “joio do trigo”, a renovação cultural, mesmo que sob o signo do autoritarismo, da guerra e da supressão de todas as liberdades individuais: a “Kulturnation” alemã.

¹²⁶ Como muito bem observou Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. (...) Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam” (CERTEAU, 2002, p. 66-67).

¹²⁷ Ao refletir sobre o engajamento político dos intelectuais, Herf os identificou como românticos e assinalou a relação entre eles e o Estado: “o romantismo alemão era fundamentalmente parte do conceito iliberal e autoritário do Estado alemão. (...) os românticos da direita se postavam na corrente principal do nacionalismo alemão. Quando celebravam a emoção, a paixão, a ação e a comunidade e criticavam a razão “sem alma”, voltavam-se para o Estado como alternativa para o liberalismo político e a sociedade capitalista” (HERF, 1993, p. 27).

Essas ideias pouco depois se revelaram prenes de consequências sombrias mais do que poderiam, à luz de outro contexto político e intelectual, ser ressignificadas sob outras perspectivas que entendam as implicações político-ideológicas do pensamento do autor para a sua época, como vontade de verdade e vontade de poder. Como é característico de todo e qualquer texto, “contaminado” desde a sua concepção por determinadas implicações ideológicas¹²⁸, sem, no entanto, criminalizá-lo nem tampouco inocentá-lo, muito ao contrário, compreendê-lo. Como ele foi possível? Para quem ele falou? Quais as implicações políticas de sua obra? Que visão ideológica do mundo e da história ela pretende difundir? Contra qual e quem ela se afirma? Em quem se legitima? Que tem Spengler a dizer sobre o Estado, a sociedade, a política e a cultura? São questões como essas que a análise em questão pretende focar: inserir Spengler na dialética da sociedade que produziu o discurso como prática, entendê-lo como produto e produtor da realidade sociocultural ocidental num momento em que seus pressupostos estão sendo questionados, revistos, reorientados.

Cabe-nos aqui, a pretensão de discutir ideias que não puderam ser antes expostas, exatamente por constituírem questões às quais remetemos a outros projetos, a outros espaços. Do ponto de vista intelectual, a conclusão a que chegamos é a de que Spengler foi um romântico tardio, embora não reconheça de forma explícita tal filiação teórico-ideológica, a valorização da “cultura” (Kultur) em oposição à “civilização” (Zivilization) como representação do simbolismo mais profundo da oposição político-cultural entre França (e Inglaterra) e Alemanha, remetem a essa tradição, na medida em que são formulações lançadas por um dos maiores expoentes do movimento romântico alemão: Johann Gottfried Herder¹²⁹ (1744-1803). A valorização e centralidade de conceitos como “vida”, “intuição”, “sensibilidade”, como imperativos epistemológicos-ontológicos de visão da realidade social, da ciência e da história também são legados dessa tradição de pensamento¹³⁰. Uma rápida olhada no prefácio de *A decadência do Ocidente* pode nos mostrar isso:

¹²⁸ “As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais” (WHITE, 1995, p. 36).

¹²⁹ Tal como citado por Enrique Rodriguez Larreta e Guillermo Giucci: “as oposições entre cultura e civilização, espírito dos povos e essencialismo cultural canonizados na tradição filosófica alemã neo-romântica por Herder e popularizados por Oswald Spengler” (LARRETA;GIUCCI, 2007, p. 400).

¹³⁰ Como elucidado por Robert Legros, ao analisar a importância explicativa dos conceitos acima citados para o pensamento dos românticos: “A intuição imediata e sensível daquilo que nos ultrapassa – a natureza, o divino – é de fato uma intuição imediata e sensível, e contudo aquilo que ela alcança é sentido como sendo radicalmente distinto e separado da ordem do que é humano, no sentido em que não permite alguma tradução conceptual” (LEGROS, 2000, p. 244).

Uma visão nova apenas da História, uma filosofia do Destino, a primeira do seu gênero. É intuitiva em todas as suas partes. Foi redigida numa linguagem que se esforça por reproduzir as coisas e as relações mediante imagens sensíveis, ao invés de substituí-las por sequências de conceitos. Dirige-se exclusivamente a leitores que também saibam sentir o impacto de sons verbais e de imagens. Isso é difícil, especialmente quando a reverência ao mistério – a reverência de Goethe – impede-nos de tomar análises de conceitos por intuições profundas.¹³¹

Acompanhando ideias anteriormente colocadas, conceitos como tradição, geração, apropriação de herança intelectual/cultural, entendemos que a formação do pensamento de Spengler, embora deva muito aos românticos, a Leibniz, Goethe, Nietzsche, deve também à sociologia durkheimiana, bem como à fisiognomia de Lavater. De posse de tal herança (múltipla e, sob muitos aspectos, “explosiva”), Spengler tentou realizar a quebra do paradigma newtoniano na ciência, muito especialmente na história, operando sua “revolução copernicana” que poderia, sob determinado ângulo, ser entendida como uma supervalorização da história no campo das ciências, na medida em que incorporava todos os saberes sociais sobre o homem numa única perspectiva científica. Esta também não era a mesma: numa ciência-artística da história, do devir, na análise de todos os seus simbolismos, desde os mais primários até os mais complexos, se revelaria a “forma” da história.

Embora tenha proposto algumas questões epistemológicas e metodológicas a esse respeito, Spengler não pretende ter realizado tal tarefa, muito ao contrário, ele considera-se aquele que está apontando um novo caminho, um novo direcionamento para as pesquisas, cujo modelo teórico encontra-se plenamente apresentado em *A decadência do Ocidente*. Um modelo que libertasse a história da busca por uma objetividade exacerbada alicerçada nas leis “positivistas” de causalidade, uma tarefa a ser empreendida no decorrer de todo o restante do século por gerações de intelectuais:

Mas ainda não existe nenhuma concepção histórica que se liberte totalmente dos métodos darwinistas, isto é, da física sistemática, alicerçada no princípio de causalidade. Nunca se falou de uma fisiognomia rigorosa, clara, perfeitamente consciente de seus recursos e de seus limites. Esta é a grande tarefa do século XX, ao qual cabe revelar, por meio de um trabalho cuidadoso, a estrutura íntima das unidades orgânicas pelas quais se realiza a história universal. Cumpre-nos distinguir o que é necessário e essencial, morfologicamente, e o que não passa de mera casualidade. Urge

¹³¹ SPENGLER, 1973, p. 18.

compreendermos a *expressão* dos acontecimentos e entendermos a linguagem que eles falam.¹³²

Embora no campo intelectual nossa conclusão nos conduza a um Spengler rebelde, transformador e insurgente, sob o ponto de vista político-social, somos levados a entender justamente o contrário. Levando em consideração as conclusões de Thomas Kuhn a respeito de que nada é mais significativo na adoção de um pensamento científico ou outro do que a própria concorrência entre as divergentes tradições científicas de pensamento, entendemos que a “herança spengleriana”, embora tenha sido predominantemente rejeitada nos meios científicos, históricos, graças ao esforço, entre outros, da Escola dos Annales e da historiografia marxista (avessa ao “elitismo” do pensamento spengleriano”), foi apropriada e ressignificada por um expressivo número de intelectuais “de direita”, ou seja: indivíduos que, pela sua condição ou origem social, eram extremamente sensíveis ao apelo do discurso de Spengler, não tanto no que diz respeito à continuidade da “tradição fisiognômica”, mas na solidariedade da crítica do capitalismo, da massificação da cultura e da emergência das massas como fator político. Além de levarem às últimas consequências alguns conceitos spenglerianos que passaram um tanto ao largo da crítica acadêmica de então. Entre esses indivíduos, poderíamos citar Ortega y Gasset (1883-1955), Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e, até mesmo, Gilberto Freyre (1900-1987)¹³³.

Além da afinidade “de classe”, outras questões podem ter estimulado a aproximação desses intelectuais às teorias de Spengler. Afinal, a leitura deste último representava uma alternativa possível para a fuga do objetivismo exacerbado que dominava as interpretações científicas a respeito da realidade histórica, bem como da epistemologia da ciência, como fez Wittgenstein, segundo Larreta e Giucci:

Ludwig Wittgenstein inspirou-se em Spengler para desenvolver o conceito de “formas de vida” e tirou proveito da ideia do caráter histórico-cultural de ciências frequentemente consideradas anistóricas, como a matemática. O efeito de uma leitura de Spengler é um convite ao relativismo histórico, pois se atribui um lugar de destaque às diversas civilizações e culturas, que se pretende examinar em seus próprios termos.¹³⁴

¹³² SPENGLER, 1973, p.95.

¹³³ No que diz respeito às problematizações sobre a técnica, Rubens Mendes de Oliveira faz uma lista relativamente considerável: Leopold Ziegler, Eugen Diesel, Ernst Junger, Lewis Mumford, Walter Benjamin e a Escola de Frankfurt, Donald Brinkeman e Martin Heidegger. Nenhum dos quais, no entanto, serão aqui discutidos. Ver: OLIVEIRA, 2006. p.35.

¹³⁴ LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 461.

As formulações spenglerianas a respeito da importância do espaço, como meio ambiente-social, na formação do caráter de um povo, de uma cultura, foi apropriada e ressignificada por Gilberto Freyre, que teria conhecido a obra de Spengler durante sua estadia nos Estados Unidos. O contato com esse pensamento teria estimulado em Freyre um “inconstante relativismo histórico”:

Esse relativismo histórico certamente não é constante, mas constitui uma das tendências de seu pensamento, estimulada pela leitura de Spengler na edição espanhola de 1927. O livro pôs Freyre em contato com o vocabulário cultural e racial da filosofia alemã da história, especulativa e voltada ao estudo dos amplos processos civilizatórios. (...) Freyre provavelmente tomou conhecimento das ideias de Oswald Spengler na Universidade de Columbia. Uma das ideias centrais de *Casa-grande e senzala* – a importância da casa como espaço de socialização e transmissão de valores – provém do polígrafo alemão.¹³⁵

O próprio Freyre admitiu essa influência tão decisiva para a formação do seu pensamento no prefácio da primeira edição de *Casa-grande e senzala*, quando remete a Spengler a formulação da ideia de estilo, conceito central em seu texto e que adquire um aspecto um tanto quanto “fisiognômico”, como afirma Freyre ao referir-se a Spengler:

A verdade é que em torno dos senhores de engenho **criou-se o tipo de civilização** mais estável na América hispânica; e esse tipo de civilização, **ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes**. (...) O estilo das casas-grandes – **estilo no sentido spengleriano** – pode ter sido de empréstimo, sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica.¹³⁶

Ortega y Gasset, por sua vez, parece ter sido mais atraído pelas implicações propriamente políticas do pensamento de Spengler. Compartilhava com ele a crítica da democracia e da cultura, entendida por ambos como em processo de vulgarização, graças à “ascensão das massas”, ou seja: a perda do primado da aristocracia e da burguesia no que diz respeito à primazia da política estatal europeia. O fim da guerra houvera trazido à tona de forma premente para ambos essas questões, como aponta Ortega y Gasset ao referir-se a Spengler numa alusão à emergência de uma arquitetura simbólica do triunfo das massas, em oposição a uma ordem aristocrática da sociedade. Tal conclusão é atingida pelo autor utilizando-se do mesmo “método” que Spengler, a comparação com a Antiguidade clássica:

¹³⁵ Ibidem, p. 461.

¹³⁶ FREYRE, 2005, p. 43, grifo nosso.

A história do Império Romano é também a história da subversão, do império das massas que absorvem e anulam as minorias dirigentes e se colocam no seu lugar. Então se produz também o fenômeno da aglomeração, do cheio. Por isso, como observou muito bem Spengler, foi preciso construir, como se faz agora, edifícios enormes. A época das massas é a época do colossal.¹³⁷

De fato, o pensamento decadentista de Spengler foi um ingrediente poderoso para a legitimação de inúmeras ideologias reacionárias, elitistas e racistas, tais como estavam em voga nos agitados anos trinta do século XX. É nesse sentido que entendemos as apropriações e interpretações às quais esteve sujeito: em sua grande maioria, se identificaram com ele aqueles que enxergavam como sintomas de decadência a massificação da cultura e da ciência a partir dos meios de comunicação de massa, bem como a massificação da política a partir do exercício democrático do poder.

É nesse sentido que entendemos uma “solidariedade intelectual de classe” que teria vigorado antes mesmo de Spengler, e continuado após sua obra e com seus acrescentamentos. Poderíamos estender esse fenômeno de aversão às massas para frente de Spengler, com aqueles em grande medida por ele influenciados, como também para trás dele no tempo, com aqueles que por lhe antecederem o influenciaram negativamente quanto às massas. Um fenômeno que, segundo Hannah Arendt, teria sido decisivo para o clima de pessimismo que dominou grande parte do pensamento europeu desde o século XIX: “O surgimento da ralé [massas] na organização capitalista foi observada desde cedo, e seu crescimento foi notado por todos os grandes historiadores do século XIX. O pessimismo histórico de Burckardt a Spengler deve-se essencialmente a essa observação”¹³⁸.

Embora a análise aqui empreendida tenha a pretensão de historicizar a vontade de verdade e de poder do discurso de Spengler, não poderíamos deixar de pensar nas implicações políticas de seu pensamento para a contemporaneidade. Existe um racismo latente, às vezes mesmo manifesto no pensamento de Spengler sim, certamente, mas esse racismo deve necessariamente ser entendido como imperativo sociocultural da época. Quem não era racista na Europa da primeira metade do século XX? Até mesmo uma pensadora como Hannah Arendt, judia, libertária, esteve apegada a concepções elitistas da relação entre os homens, como efetivamente transparece na observação acima citada. Não se trata de inocentar o

¹³⁷ ORTEGA Y GASSET, 1987, p. 69.

¹³⁸ ARENDT, 1989, p. 185.

autor, negando seu racismo, trata-se de chamar a atenção para o fato de que Spengler foi mais do que seu racismo, do seu elitismo, mais até do que seu suposto nazismo.

Spengler conseguiu manter seu racismo no campo político, não o transportando para o campo intelectual, científico, na medida em que foi capaz de fazer formulações como “O Grupo das Grandes Culturas”, apresentado em *A decadência do Ocidente*, em que coloca os ocidentais numa representação da história na qual eles não ocupam mais o lugar de vértice e ponto de chegada da evolução da verdade e da razão científicas, como culminância indefinida de um processo civilizatório que englobaria toda a humanidade, como também pode fazer observações como a emergência e ameaça do “mundo de cor” ao “Ocidente branco”, quando transparece toda sua aversão aos outros povos não-europeus.

Por isso, dividimos a análise do seu pensamento dessa forma: por um lado, contemplando a riqueza de suas concepções de ciência e história; por outro, atentando para o conteúdo manifestamente político de suas formulações intelectuais, buscando perceber a dinâmica de sua constituição, a complexidade de suas análises conceituais, bem como os interesses a que se propôs, como o mundo que os gerou, chegando às possíveis consequências de seu empreendimento.

Esse esforço pode nos ter levado muito longe na tentativa de acompanhar a formulação de ideias às vezes muito amplas, de sentido às vezes um tanto obscuro. O simbolismo mais intrigante que para nós apresentou Spengler com o título de sua maior obra continua em aberto: a ideia de declínio do Ocidente. O que efetivamente quis dizer Spengler com isso? Trata-se apenas de uma linguagem figurada para descrever as tão faladas decadências europeias no campo da ciência, da arte e da política? Ou remete ao nacionalismo spengleriano numa visão egocêntrica e pessimista que identificava o declínio do Ocidente com o declínio da Alemanha? Para nós, embora as duas questões sejam pertinentes e tenham sido colocadas como significativas na análise aqui por nós empreendida, o problema num sentido mais “profundo” não se restringe a isso.

O suposto declínio do Ocidente não se realiza concretamente na perspectiva escatológica/teleológica na qual foi comumente interpretado. Seria um processo passível de reversão, tendo em vista a concepção cíclica de história de Spengler. O “declínio do Ocidente” ainda seria definido numa luta entre dois espaços que se

opõem na forma que pretendem “emprestar” ao Ocidente: de um espaço parte um projeto de regeneração, de outro a degeneração, do primeiro brota a “cultura”, enquanto que do segundo surge a “civilização”.

Na futura e decisiva luta entre esses dois espaços é que estaria o “segredo” maior do simbolismo spengleriano. Como sua visão “realista” (tal como se autointitulou) o impele para o pessimismo, Spengler pouco acredita na vitória do primeiro espaço sobre o segundo. A vitória do segundo concretizaria então o “declínio do Ocidente”, a saber: trata-se da batalha entre Alemanha e Estados Unidos, batalha que efetivamente decidiu o “destino” do Ocidente. Esta, no entanto, é uma discussão que remetemos a um outro momento, com mais tempo e espaço para trabalhar e amadurecer essa tese, é a discussão que propomos para um projeto de doutorado em história da filosofia política.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Bernadete Siqueira. (Org). **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ALBUQUERQUE-JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. E outras artes. São Paulo: Cortez, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLACK, Jeremy. **Mapas e história: construindo imagens do passado**. Bauru: EDUSC, 2005.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1991.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: UNICAMP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLARK, T.J. **A pintura na vida moderna: Paris na arte de Manet e seus seguidores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil platôs.** Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos “Annales” à “Nova História”. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1992.

_____. **O império do sentido:** a humanização das ciências humanas. Bauru: EDUSC, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EKSTEINS, Modris. **A sacração da primavera:** a Grande Guerra e o nascimento da Era Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ELIAS, Norbert. **Os alemães.** A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FEBVRE, Lucien. **História.** São Paulo: Ática, 1978.

FEST, Joachim. **No bunker de Hitler.** Os últimos dias do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2007.

GAY, Peter. **A cultura de Weimar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Os sofrimentos do jovem Werter.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário:** tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º. Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era do capital:** 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A era dos impérios:** 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências:** transformação econômica e conflito militar, 1500-2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise.** Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

LARRETA, Enrique Rodriguez e GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre uma biografia cultural.** A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. **O capital.** Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____ e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L & PM, 2002.

MAZOWER, Mark. **Continente sombrio:** a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história.** São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Ecce hommo:** como cheguei a ser o que sou. São Paulo: Martin Claret, 2002.

OLIVEIRA, Rubens Mendes de. **A questão da técnica em Spengler e Heidegger.** Belo Horizonte: Tessitura, 2006.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **A rebelião das massas.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história a realização da utopia nacional oitocentista.** Curitiba: Edufpr, 1996.

POPPER, Karl. A. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 1972.

RANCIERE, Jacques. **Os nomes da história:** um ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RENAUT, Alain. **Luzes e romantismo.** Lisboa: Instituto Piaget, v-3. 2000.

RICHARD, Lionel. **A república de Weimar:** 1919-1933. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papyrus, tomo III. 1997.

SAID, Edward. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o Modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Anos de decisão**. A Alemanha e a evolução histórico-mundial. Porto Alegre: Meridiano, 1941.

_____. **O Homem e a Técnica**. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

TOYNBEE, A. J. **Estudos de história contemporânea**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

VELHO, Otavio Guilherme (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Claret, 2003.

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.